



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Distrito Federal
8ª Vara Federal Cível da SJDF

SENTENÇA TIPO "C"

PROCESSO: 1038415-20.2021.4.01.3400

CLASSE: HABEAS DATA (110)

POLO ATIVO: FLAVIO NANTES BOLSONARO

REPRESENTANTES POLO ATIVO: RODRIGO HENRIQUE ROCA PIRES - RJ092632, LUCIANA BARBOSA PIRES - RJ130715 e RENATA ALVES DE AZEVEDO FERNANDES DA CRUZ - RJ155595

POLO PASSIVO: DIRETOR PRESIDENTE DA SERPRO e outros

SENTENÇA

FLAVIO NANTES BOLSONARO impetra *habeas data* a fim de que o Diretor-Presidente do Serpro e o Coordenador-Geral de Tecnologia e Segurança da Informação da Receita Federal do Brasil informem o nome, o CPF, a qualificação e a unidade de exercício/lotação dos servidores que acessaram seus dados financeiros e fiscais.

É o relatório. DECIDO.

O *habeas data* é uma garantia fundamental prevista no art. 5º, LXXII, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 9.507/97, que assegura ao cidadão o direito de obter informações concernentes à sua pessoa, contidas nos bancos de dados de órgãos públicos.

Como se nota, o objetivo do *habeas data* é saber "o que" existe a respeito do impetrante nos bancos de dados do Estado, e não para saber "quem" acessou as informações ali constantes.

Com efeito, as pessoas que eventualmente consultaram os registros pessoais do impetrante nos arquivos da Receita Federal não integram o conceito de "informações constantes de registro ou banco de dados de entidades governamentais" e, via de consequência, o conhecimento desse acesso não está alcançado pelo referido remédio constitucional.

Em outras palavras, o *habeas data* visa obter informações objetivas relativas à



pessoa do impetrante, e não informações subjetivas dos órgãos detentores dos bancos de dados.

A petição inicial deixa claro que a finalidade da impetração é tão somente obter o nome dos servidores do Serpro e da Receita Federal que efetuaram supostas “investigações ilícitas”, por meio de senhas “invisíveis”, sobre os relatórios de movimentação financeira do impetrante.

Não se almeja nesta ação obter informações referentes ao conteúdo dos relatórios de movimentação financeira e de inteligência fiscal, constantes da base de dados da Receita Federal, esses sim alvo do *habeas data*. Em verdade, o impetrante já tem pleno conhecimento desses relatórios e não há interesse em informações complementares. O que se busca é o nome de quem pesquisou esses dados, as datas e as vias de acesso, informações que, obviamente, não fazem parte do banco de dados sobre a pessoa do impetrante e que não podem ser requeridas pela via do *habeas data*, uma vez que extrapolam sua finalidade instrumental concebida na Constituição Federal.

Assim, em razão da inadequação da via eleita, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL e NÃO RESOLVO O MÉRITO, com base no art. 330, III, c/c o art. 485, I, ambos do CPC.

Sem custas e honorários.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se.

P. R. I.

Brasília/DF, 21 de junho de 2021.

assinado digitalmente

MÁRCIO DE FRANÇA MOREIRA

Juiz Federal Substituto da 8ª Vara/DF

